



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

INFORMATIVO CONJUNTO CONORF - COFF Nº 01/2008¹

“Principais aspectos, parâmetros fiscais e econômicos e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2009 – PLN Nº 38 – CN, de 2008 – Mensagem nº 113/2008-CN (635/2008, na origem)”.

1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO E ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EFETIVO

O valor total da proposta orçamentária para 2009 é de R\$ 1.664,7 bilhões, dos quais R\$ 525,5 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública, de cunho meramente contábil. Desconsiderando-se este valor, o Orçamento Geral da União Efetivo atinge a R\$ 1.139,2 bilhões, dos quais R\$ 79,7 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das empresas estatais federais e R\$ 1.059,5 bilhões aos orçamentos fiscal (efetivo) e da seguridade social.²

O valor total da proposta e a composição básica do orçamento da União são apresentados na Tabela a seguir

SÍNTESE DAS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS PARA 2008 e 2009

(R\$ bilhão)

Descrição	2008		2009	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
1. Orçamento Geral da União	1.414,6	1.414,6	1.664,7	1.664,7
2. Refinanciamento da Dívida Pública	411,3	411,3	525,5	525,5
3. Orçamento Geral da União Efetivo (1 - 2)	1.003,3	1.003,3	1.139,2	1.139,2
4. Orçamento de Investimento das Estatais	62,1	62,1	79,7	79,7
5. Orçamentos Fiscal Efetivo e da Seg. Social (3 -4)	941,2	941,2	1.059,5	1.059,5
5.1 Orçamento Fiscal Efetivo	599,5	576,1	671,8	633,8
5.2 Orçamento da Seguridade Social (*)	341,7	365,1	387,7	425,7

Fontes: PLO 2008/2009

(*) Das despesas do Orçamento da Seguridade Social em 2008, R\$ 23,5 bilhões estavam financiadas por transferências do Orçamento Fiscal. Para 2009 essas transferências são de R\$ 38,0 bilhões.

Em relação à proposta de 2008 há um aumento de 12,6% nas dotações dos orçamentos fiscal efetivo e da seguridade social e de 28,3% no orçamento de investimento das empresas estatais federais.

2 PARÂMETROS ECONÔMICOS BÁSICOS

Os principais parâmetros econômicos empregados nas estimativas de receitas e despesas orçamentárias para 2009 são descritos a seguir:

¹ Consultores que participaram da elaboração deste Informativo, pelo Senado: José Rui Gonçalves Rosa; Maria Liz M. Roarelli; Ana Claudia Borges; pela Câmara dos Deputados: Wellington Pinheiro de Araújo e Fidelis Fantin Jr.

² Como parte da dívida vence em prazo curto, então é preciso emitir novos títulos para substituir os que vão vencendo mais de uma vez por ano. Assim, para o refinanciamento de cada R\$ 1.000,00 de títulos da dívida pública mobiliária federal que vençam a cada seis meses (duas vezes por ano), deverão constar da lei orçamentária uma despesa de R\$ 2 mil. Essa despesa não tem o mesmo caráter ou efeito das demais despesas, motivo pelo qual é tratada separadamente.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

2.1 PIB

O Projeto embute um crescimento real do PIB para 2009 de 4,5%, abaixo dos 5% previstos na LDO2009, porém acima da expectativa do mercado (Focus-Bacen) que estima um aumento real de 3,65% e 4,8% para 2008.

O Governo é, assim, mais otimista quanto à desaceleração da economia, devido ao aumento de juros para combater a inflação, do que o mercado.

O valor nominal esperado para o PIB de 2009 é de R\$ 3.186,6 bilhões e o deflator implícito é de 5,77%.

2.2 Inflação

A variação acumulada do IPCA prevista no Projeto para 2009 é de 4,5%, significando que o Governo conta com o sucesso da política monetária do Bacen em trazer a taxa de inflação para o centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. O mercado estima, no presente, um IPCA de 6,34% para 2008 e de 5,0% para 2009 (Focus/Bacen de 22.08.08).

O IGP-DI acumulado previsto no Projeto é de 5,30% para 2009. O mercado estima atualmente 10,38% para 2008 e 5,3% para 2009.

2.3 Taxa de Juros

Segundo a Mensagem Presidencial, como decorrência do combate à inflação a trajetória da taxa de juros será ascendente, com a taxa Selic atingindo média anual de 13,99% para 2009, contra uma média de 12,45% contida na reprogramação para 2008 e 11,88% em 2007. O mercado espera médias de 12,78% para 2008 e 14,20% para 2009 (14,75% para 2008 e 14% para 2009 para taxas em fim de período).

2.4 Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio média para 2009 é esperada em de R\$ 1,71, com variação de 2,91% sobre a equivalente de 2008. Está em linha com o mercado, que espera R\$ 1,62 para 2008 e R\$ 1,72 para 2009

2.5 Massa Salarial – Taxa de Ocupação – Rendimentos Médios

Espera-se para 2009 um aumento de 14,08%, derivado de um crescimento de 7,20% na taxa de ocupação e de um aumento de 6,43% nos rendimentos médios nominais. A população economicamente ativa é esperada para crescer 2,05%.

2.6 Salário-Mínimo e Aumento de Benefícios Previdenciários/Assistenciais

A proposta orçamentária prevê que o Salário-Mínimo será reajustado do valor atual de R\$ 415,00 para R\$ 464,72, a partir de fevereiro de 2009, com acréscimo de 11,98%, com impacto financeiro a partir de março.

O aumento proposto impactará despesas com benefícios previdenciários de piso básico, com benefícios de prestação continuada, com seguro desemprego e com abono salarial. Os demais benefícios previdenciários são estimados para aumentar em 6,22%.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

3 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL: PRINCIPAIS ITENS E RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Desconsiderando-se o refinanciamento da dívida pública, os **principais itens** que compõem os orçamentos fiscal e da seguridade social e sua interação com os resultados primários e nominais constam da Tabela a seguir:

GOVERNO CENTRAL: ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL						
Propostas Orçamentárias para 2008 e 2009 (valores em R\$ bilhão)						
Descrição	PLO 2008	%PIB	Reprog 2008	%PIB	PLO 2009	%PIB
1. Receitas Totais OGU	1.414,6	51,53	nd	nd	1.664,7	52,23
2. Refinanciamento da Dívida	411,3	14,98	nd	nd	525,5	16,49
3. Receitas do Orçamento Efetivo (1-2)	1.003,3	36,55	nd	nd	1.139,2	35,74
4. Receitas Orç. Investim. Empr. Estatais	62,1	2,26	nd	nd	79,7	2,5
5. Receitas Orç Fiscal e Seg. Social (3-4)	941,2	34,29	nd	nd	1.059,5	33,24
6. Outras Receitas Financ. (exceto refinanc. da dívida)	258,5	9,42	nd	nd	250,6	7,86
7. Receitas Primárias Brutas (5-6)	682,7	24,87	715,8	24,83	808,9	25,38
8. Transferências a Estados e Municípios (6-7)	114,9	4,19	123,8	4,29	144,4	4,53
9. Receitas Primárias Líquidas (7-8)	567,9	20,69	592,0	20,53	664,5	20,85
4. Despesas Primárias (competência)	516,7	18,82	529,9	18,38	606,5	19,03
4.1. Obrigatórias	387,1	14,10	393,6	13,65	454,6	14,27
4.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (*)	130,7	4,76	134,1	4,65	157,0	4,93
4.1.2. Benefícios Previdenciários	198,7	7,24	200,1	6,94	228,6	7,18
4.1.3. Outras	57,7	2,10	59,4	2,06	69,0	2,16
4.2. Discricionárias	129,6	4,72	136,2	4,72	151,9	4,77
4.2.1 Investimentos com PPI (**)	27,4	1,00	37,3	1,29	38,0	1,19
4.2.2 Outras	102,2	3,72	98,9	3,43	113,90	3,58
5. Empréstimos Líquidos	1,1	0,04	2,10	0,07	1,0	0,03
6. Subs. Implícitos e Outras Desp. Extra Orç.	4,4	0,16	5,10	0,18	5,0	0,16
7. Ajuste Critérios Caixa-Competência	0,9	0,03	-5,30	-0,18	2,5	0,08
8. Resultado Primário (9-4-5-6+7)	46,6	1,70	49,60	1,72	54,5	1,71
9. Juros Nominais (Bacen - competência)	91,9	3,35	104,10	3,61	134,3	4,21
10. Resultado Nominal do Gov. Central (8-9)	-45,3	-1,65	-54,50	-1,89	-79,8	-2,50

(*) Regime de caixa; p/ competência R\$ 119,3 bilhões no PLO 2008 e R\$ 169,2 bilhões no PLO 2009.

(**) PPI em 2009 de R\$ 15,6 bilhões ou 0,49% do PIB. Como os investimentos de PPI não contam como despesas primárias então o resultado primário, para efeito de meta programada, seria de R\$ 70,1 bilhões e o nominal de R\$ 64,2 bilhões negativos.

Quando são deduzidas do orçamento efetivo a receita do orçamento de investimento das empresas estatais, as receitas financeiras e as transferências constitucionais aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, obtém-se as receitas primárias líquidas. São elas que vão a custear as despesas primárias, ou seja, os gastos com pessoal e benefícios previdenciários, as despesas correntes e os investimentos, os quais serão executados por meio de atividades e projetos governamentais.

Ao se deduzir das receitas primárias as despesas primárias e outros dispêndios que não constam do OGU, temos o resultado primário, cujo objetivo é gerar poupança para custear parte dos juros da dívida pública e evitar que essa cresça de forma descontrolada. Para 2009, conforme a Tabela anterior, o resultado primário é de 1,71% do PIB (ou 2,20% do PIB se não considerado o PPI) e o nominal é negativo em 2,50% do PIB (2,01% do PIB se não considerado o PPI).



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

4 METAS FISCAIS PARA 2009 E RESULTADOS FISCAIS RECENTES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 - LDO 2009 – estabelece uma meta superávit primário de 2,85% do PIB para União, sendo 2,20% do PIB para o Governo Central (Fiscal e Seguridade Social) e de 0,65% do PIB para as Empresas Estatais Federais que corresponderiam a R\$ 68,5 bilhões e R\$ 20,2 bilhões, respectivamente.

Para afirmar o compromisso do Governo Federal com o equilíbrio fiscal, na hipótese de a meta dos âmbitos estadual e municipal não atingir 0,95% do PIB, colocando em risco o alcance da meta consolidada para todo o setor público de 3,80% do PIB, o Governo Federal compensará a eventual diferença. Em passado recente, a meta consolidada era de 4,25% do PIB.

O resultado primário superavitário é esperado em 3,80% do PIB, no consolidado para os três níveis de governo, conforme previa a LDO2009. Para o Governo Central (Orçamentos Fiscal e Seguridade Social) o resultado primário equivalentes a 2,20% do PIB, ou R\$ 70,1 bilhões.

O resultado primário das empresas estatais federais é de R\$ 20,7 bilhões, equivalentes a 0,65% do PIB.

O resultado primário do Governo Federal é, então, de 2,85% do PIB, ou R\$ 90,8 bilhões. Os Estados e Municípios contribuirão com 0,95% do PIB, ou R\$ 30,3 bilhões.

Para 2008 o Governo aumentou a meta de superávit consolidado de 3,80% para 4,30% do PIB, sendo que o acréscimo de 0,50% do PIB é da responsabilidade do governo federal visando a formação do Fundo Soberano.

Entretanto, como esse Fundo não foi ainda aprovado, o acréscimo acabou servindo para aumentar o resultado primário. No PLOA2009 a única previsão para esse Fundo é de uma dotação de apenas R\$ 3,0 milhões.

Até julho de 2008, o resultado primário consolidado do ano está positivo em 6,01% do PIB (R\$ 98,2 bilhões), sendo 4,59% do PIB (R\$ 75,0 bilhões) correspondendo ao governo federal e 1,42% do PIB (R\$ 23,2 bilhões) aos governos regionais, bastante acima da meta estabelecida.

5 A RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA

Pela Tabela anterior pode-se observar a rigidez do orçamento, medida pela participação das despesas obrigatórias no total das despesas primárias que, em 2009, consumirão 74,9% do total das despesas primárias.

As despesas discricionárias representam 25,0% do total das despesas primárias e, os investimentos apenas 6,3%. O resultado primário absorve 6,2% do orçamento efetivo e equivale a 12,5% das despesas primárias³.

Nota-se que as despesas obrigatórias crescem em relação ao PLO2008 e aos valores reprogramados para 2008, o mesmo acontecendo com os investimentos.

³ As despesas discricionárias são as que podem ser utilizadas para o atendimento a emendas parlamentares. As demais determinadas protegidas pela Constituição ou leis específicas e não podem ser reduzidas, a não ser para a correção de erros ou omissões.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

6 DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS FISCAIS

6.1 Receitas Primárias

A receita primária total (apenas no âmbito do governo federal ou “central”) é estimada em R\$ 808,8 bilhões, equivalente a 25,38% do PIB. Percentual crescente, se comparado com os anos anteriores (em 2008 é estimado em 24,39%).

A receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) alcançará R\$ 523,5 bilhões, equivalente a 16,43% do PIB, superior à reprogramação para 2008 em R\$ 60,9 bilhões, cuja estimativa é 16,05% do PIB. Em 2007 essa receita representou 16,32% do PIB.

Isto significa que, embora para 2008 seja esperada uma diminuição da carga tributária federal, para 2009 essa carga voltará a crescer mesmo com relação a 2007 e sem contar com os recursos da CPMF.

A receita do INSS deverá atingir R\$ 187,8 bilhões, representando 5,89% do PIB, superior em R\$ 25,8 bilhões à reprogramação para 2008, cuja estimativa é de 5,62% do PIB. Em 2007 essa receita representou 5,49% do PIB. Neste caso, o aumento de carga tributária reflete o aumento da formalização no mercado de trabalho.

As receitas não administradas pela SRF devem atingir R\$ 97,6 bilhões em 2009, significando 3,06% do PIB. Neste caso, ficará abaixo da reprogramação para 2008 que é de R\$ 91,0 bilhões e que representa 3,16% do PIB.

6.2 Despesas Primárias

As despesas primárias também aumentam de R\$ 529,9 bilhões, ou 18,38% do PIB, na reprogramação para 2008, para R\$ 606,5 bilhões no PLO2009, ou 19,03% do PIB.

6.2.1 Pessoal e Encargos Sociais

Essas despesas totalizarão R\$ 157,0 bilhões em 2009⁴, equivalentes a 4,93% do PIB, superior ao valor de R\$ 134,1 bilhões, reprogramado para 2008, equivalente a 4,65% do PIB.

6.2.2 Benefícios Previdenciários

No âmbito do regime geral (INSS), os benefícios para 2009 totalizarão R\$ 228,6 bilhões, equivalentes a 7,18% do PIB, superior ao valor reprogramado de R\$ 200,1 bilhões para 2008 que significa 6,94% do PIB.

O déficit do INSS para 2009 é esperado em R\$ 40,9 bilhões. Em relação à reprogramação para 2008, de R\$ 38,1 bilhões, aumenta em termos monetários. Porém, em relação ao PIB, haverá decréscimo: 1,32% do PIB em 2008 para 1,28% do PIB em 2009.

6.2.3 Transferências para Estados e Municípios

As transferências, incluídos os fundos regionais, são estimadas em R\$ 144,4 bilhões, para 2009, equivalente a 4,53% do PIB, superior ao valor reprogramado para 2008 que é R\$ 123,8 bilhões, ou 4,29% do PIB.

⁴ Regime de caixa; por competência o valor é de R\$ 169,2 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

6.2.4 Lei Kandir

O PLOA 2009 prevê R\$ 3,9 bilhões para Fomento as Exportações (Lei Kandir).

6.2.5 Investimentos e PPI

Os **investimentos (GND 4) para 2009** totalizam R\$ 38,0 bilhões (1,19% do PIB), valor bastante próximo ao reprogramado para 2008 que é de R\$ 37,3 bilhões.

Como **reserva de contingência primária**, destinada a acolher emendas parlamentares, há previsão de recursos de R\$ 4,5 bilhões contidos no PLOA2009, o que elevaria para cerca de R\$ 42,5 bilhões o total de investimentos para 2009, sem considerar outros possíveis aportes decorrentes de identificação de receitas não contidas na proposta.

No valor de R\$ 38,0 bilhões está contida dotação do **Projeto-Piloto de Investimentos (PPI)**, que não conta como despesa primária e não está sujeito a limitação de empenho, correspondendo a R\$ 15,6 bilhões, ou 0,49% do PIB.

O orçamento de **investimento das empresas estatais** federais para 2009 é de R\$ 79,7 bilhões, superior em 16,7% ao valor de R\$ 62,1 bilhões contidos na LOA 2008.

6.2.6 Juros Nominais e Encargos da Dívida Pública⁵

A despesa com juros nominais líquidos do Governo Federal está prevista para 2009 em R\$ 134,3 bilhões, equivalente a 4,21% do PIB. Esse valor é superior ao reprogramado para 2008, no montante de R\$ 104,1 bilhões, equivalente a 3,61% do PIB, refletindo a expectativa de taxa de juros média superior para o ano vindouro, como decorrência da política de combate à inflação e da esterilização de recursos decorrentes do acúmulo de reservas cambiais⁶.

6.3 Despesas por Função

As despesas totais, excluídas as de encargos especiais e reserva de contingência, aumentam 16,7% de 2008 para 2009. A Tabela a seguir mostra o detalhamento das despesas, por função ou finalidade.

⁵ Esses valores de juros, calculados pelo Bacen, integram o demonstrativo do resultado primário do Governo Federal e são os relevantes para a análise de solvabilidade do Governo, pois consideram não apenas os encargos da dívida mobiliária e contratual do Tesouro, mas também as receitas de juros que o Governo recebe de seus créditos junto ao setor privado e pela aplicação das reservas cambiais. São, assim, juros líquidos (juros passivos menos juros ativos) e são calculados sob o regime de competência, considerando os juros incorridos, ainda que não pagos. Resumindo, os valores de juros contidos na Proposta para 2009, no montante de R\$ 127,1 bilhões, diferem dos valores apontados no referido demonstrativo porque: a) são computados em regime de caixa; b) referem-se apenas à dívida mobiliária federal e contratual de responsabilidade do Tesouro e c) não consideram os juros a ser recebidos pelo Governo.

⁶ O montante de juros para 2009 difere do previsto no PLOA2009, no montante de R\$ 127,1 bilhões, porque considera toda a dívida líquida do Governo Central e é calculado no regime de competência.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF
 Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

DESPESAS POR FUNÇÃO OU AGREGADOS DE FUNÇÕES

Proposta Orçamentária para 2008 x Proposta Orçamentária para 2009 (*)					
<i>(R\$ bilhões)</i>					
Agregado de Funções/Funções	2008	% PIB	2009	% PIB	Var %
1. Desenvolvimento Social	399.058,3	14,54	469.405,00	14,73	17,63
Saúde	47.745,8	1,74	54.662,1	1,72	14,49
Educação	29.964,4	1,09	37.633,0	1,18	25,59
Assistência Social	28.516,2	1,04	33.107,6	1,04	16,10
Trabalho (inclusive FAT)	21.711,9	0,79	26.799,7	0,84	23,43
Organização Agrária	5.247,7	0,19	5.580,6	0,18	6,34
Saneamento	1.661,3	0,06	2.658,4	0,08	60,02
Habitação	1.278,7	0,05	1.526,2	0,05	19,36
Urbanismo	2.372,0	0,09	4.488,0	0,14	89,21
Segurança Pública	5.541,4	0,20	6.490,9	0,20	17,13
Previdência Social	252.193,2	9,19	293.198,2	9,20	16,26
Direitos da Cidadania	1.585,1	0,06	1.786,7	0,06	12,72
Cultura	956,4	0,03	1.089,0	0,03	13,86
Desporto e Lazer	284,2	0,01	384,6	0,01	35,33
2. Setor Produtivo	20.142,7	0,73	21.515,10	0,68	6,81
Agricultura	14.955,2	0,54	15.494,4	0,49	3,61
Indústria	2.276,6	0,08	3.051,9	0,10	34,06
Comércio e Serviços	2.910,9	0,11	2.968,8	0,09	1,99
3. Infra-Estrutura	13.940,4	0,51	16.366,90	0,51	17,41
Transportes	12.528,4	0,46	14.673,9	0,46	17,13
Energia	699,8	0,03	927,2	0,03	32,49
Comunicações	712,2	0,03	765,8	0,02	7,53
4. Ciência e Tecnologia	4.946,8	0,18	6.187,2	0,19	25,07
5. Gestão Ambiental	3.917,8	0,14	4.365,2	0,14	11,42
6. Defesa Nacional	21.514,7	0,78	26.289,1	0,82	22,19
7. Relações Exteriores	1.819,2	0,07	1.893,5	0,06	4,08
8. Administração e Gestão Públicas	21.536,0	0,78	23.154,2	0,73	7,51
Subtotal	485.092,7	17,67	569.176,2	17,86	17,33
9. Legislativa	5.583,4	0,20	5.810,4	0,18	4,07
10. Judiciária	19.669,1	0,72	20.729,0	0,65	5,39
11. Essencial à Justiça	4.319,5	0,16	5.022,2	0,16	16,27
Total	514.664,7	18,75	600.737,8	18,85	16,72

Fontes: PLO2008/2009

(*) Exclui funções de encargos especiais e reserva de contingência

PIB 2008: R\$ 2.745.165,7 milhões; PIB 2009: R\$ 3.186.645,0 milhões

6.4 Relação Dívida Líquida do Setor Público/PIB

A finalidade de se produzir superávits primários nas contas públicas é a de contribuir para a redução da relação dívida/PIB ao longo do tempo.

A relação, para todo o setor público, vem apresentando tendência declinante nos últimos anos. Em setembro de 2002 atingiu um pique de 61,7%, reduzindo para 55,5% em dezembro de 2002; crescendo para 57,3% do PIB em dezembro de 2003; voltando a cair para 51,6% do PIB em dezembro de 2004 e para 51,5% do PIB em dezembro de 2005.

Para 2007 essa relação foi de 42,7%; para 2008 é estimada em 40,8% e, para 2009, espera-se que caia para 39,3%.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

6.5 Reserva de Contingência

O valor aportado para 2007 é de R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões registrados como despesa primária, que podem ser destinados ao acolhimento de emendas parlamentares.

Brasília, 28 de agosto de 2008

Fábio Gondim

Consultor-Geral da CONORF

Wagner Primo Figueiredo Jr.

Diretor da COFF